

Para executivo do Lloyds Bank é “essencial” o monitoramento

por Célia de Gouvêa Franco
de São Paulo

E “essencial” que o Brasil aceite alguma forma de monitoramento do Fundo Monetário Internacional (FMI) sobre sua política econômica. Pode-se encontrar alguma fórmula “criativa” para que o FMI faça esse acompanhamento da economia brasileira de forma a agradar o governo de Brasília e os credores externos. “Mas não adianta inventar mecanismos se a economia brasileira não estiver no rumo certo”, afirmou, sexta-feira, David Pirrie, o principal executivo para a América Latina do Lloyds Bank, um dos quatro grandes bancos ingleses.

Depois de passar cinco dias no Brasil, basicamente visitando as agências e os clientes do interior e da capital do Estado de São Paulo, Pirrie disse que as recentes medidas de ajustes do Plano Cruzado parecem estar no caminho adequado, na medida em que seu objetivo básico é desaquecer a economia, algo absolutamente imprescindível. Mas suas dúvidas ainda eram muitas, na sexta-feira. Ele pondera que se a arrecadação de quase US\$ 10 bilhões pretendida pelo governo com o “pacote” da semana passada for bem aplicada e se

o setor público tomar as mesmas medidas de contenção já seguidas pelas empresas privadas desde a recessão da primeira metade desta década, talvez se conclua que a economia está no rumo certo.

Impressionado com a preocupação demonstrada pelas empresas privadas que visitou em São Paulo em controlar custos, em buscar mais eficiência, Pirrie afirmou que existem poucos indícios de que isso também está ocorrendo do lado governamental. E lembrou que há quase um ano, quando foi editado o “pacote” fiscal, o governo garantiu que usaria os recursos a serem arrecadados adicionais para reduzir o déficit público para 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB) neste ano. Na realidade, o ano deve fechar com um déficit próximo de 4,5% e agora se pretende que as medidas recentemente anunciadas verem, de novo, esse objetivo de cortar o déficit.

A afirmação mais dura de Pirrie sobre a economia brasileira não foi, porém, sobre déficit ou gastos públicos mas sim sobre a inflação. Ele afirmou que realmente o País fez grandes progressos no combate à inflação. Só que não se pode medir a queda ocorrida. “Não sei qual é a infla-



David Pirrie

ção hoje”, afirmou, referindo-se, evidentemente, à seguida troca de índices da inflação e repetida alteração dos critérios desse índice.

No ano passado, quando se tentou fechar um acordo plurianual de renegociação da dívida externa o maior entrave ao sucesso das negociações foi, em sua opinião, exatamente o nível muito elevado da inflação. Hoje, considera-se imprescindível “ter um plano econômico consistente, que garanta certa estabilidade” para o País.

Sobre o atual debate no Brasil quanto à possibilidade ou à necessidade de adotar uma medida unilateral em relação ao pagamento

da dívida externa — como uma suspensão temporária — Pirrie considerou que a discussão é “saudável”. As vezes, disse, existe muita retórica política nem sempre baseada em fatos. O debate do tema poderia ajudar a esclarecer, por exemplo, as consequências de uma decisão unilateral.

Para ele, o Brasil simplesmente não pode dispensar a ajuda da poupança externa para manter um crescimento da ordem de 5 a 6% como o próprio governo desenha para o próximo ano.

“Duvido que se tenha poupança interna para crescer a esse ritmo. Tem de haver complementação da poupança externa.”

E o que os credores externos — governos, bancos e empresas estrangeiros — desejam é a normalização das relações para que haja também uma normalização no fluxo de recursos do mercado financeiro internacional. O próprio PMDB, em sua opinião, ao manifestar sua intenção de endurecer as negociações com os credores estaria, na verdade, simplesmente dizendo que o fluxo de recursos tem de ser dos dois lados — o que não ocorre hoje com a interrupção na concessão de novos empréstimos não por problemas específicos do Brasil mas de toda a economia mundial.